

Actual 1 Crise do euro

# Merkel e Sarkozy lançam plano para salvar o euro

**Encontro.** Novo tratado deverá ter acordo dos 17 até Março e a regra de ouro, com sanções automáticas, não é mais que o regresso às origens

EDUARDA FROMMHOLD

A chanceler alemã, Angela Merkel, e o Presidente francês, Nicolas Sarkozy, acertaram ontem, em mais um encontro em Paris, as agulhas para o novo plano de salvação do euro que o eixo franco-alemão levará à cimeira europeia de chefes de Estado e de Governo, que se realiza quinta e sexta-feira em Bruxelas. Uma cimeira que é vista por muitos como a derradeira oportunidade de reabilitação da estabilidade da moeda única.

Ancorado na criação de uma "regra de ouro reforçada e harmonizada ao nível europeu", como explicaram os dois líderes europeus em conferência de imprensa após o encontro, o objectivo deste plano é uma maior responsabilização dos países quanto aos compromissos assumidos para travar a especulação dos mercados.

O novo tratado deverá ter o acordo dos 17 países da Zona Euro, no mínimo, o mais tardar em Março. "O objectivo é que no mês de Março esteja concluída a negociação do acordo entre os 17 Estados membros da Zona Euro, porque é preciso andar rápido", sublinhou Sarkozy.

A "regra de ouro" a implementar não é uma ideia nova e visa que os orçamentos nacionais incluam uma disposição constitucional que permita aos tribunais verificar se o comportamento orçamental de cada país está no bom caminho para o reequilíbrio das contas. O novo tratado deve inclusive prever a aplicação de sanções automáticas para os países que não cumprem os limites de 3% do PIB para o défice e de 60% para a dívida pública fixados para a Zona Euro.

O acordo franco-alemão será alvo de uma carta pormenorizada a remeter amanhã, véspera do início da cimeira europeia, ao presidente do Conselho Europeu, Herman van Rompuy. Mas as travessuras são já conhecidas. Entre elas, as há muito defendidas harmonizações fiscal e orçamental, bem como as boas práticas em relação ao défice e à dívida, que chegaram a fazer parte das regras antes da criação do euro, mas que acabaram por não avançar.

Merkel e Sarkozy querem ainda que, pelo menos enquanto durar a crise, seja realizada todos os meses uma cimeira de chefes de Estado e de Governo da Zona Euro, com "uma agenda precisa, focada na necessidade de impulsionar o crescimento na Zona Euro".

Mas voltaram a descartar a emissão de títulos de dívida conjunta pelos Estados membros, conhecidos por *eurobonds*, onde muitos vêem a solução para a crise, mas que desde o início foi veementemente rejeitada pela Alemanha. As euro-obrigações não seriam "em caso algum uma solução para a crise", afirmou o Presidente francês, garantindo que Paris e Berlim estão "completamente de acordo" neste ponto.

"Como vamos convencer os ou-

tros a fazer os esforços que estamos a tentar fazer se começarmos por mutualizar as dívidas? Não faz sentido algum", reforçou Sarkozy, invertendo um discurso que ainda em Julho era favorável às *eurobonds*.

Por fim, França e Alemanha pretendem que o mecanismo de resgate permanente da Zona Euro, que substituirá o fundo de resgate europeu criado a título provisório em Maio de 2010 para socorrer a Grécia, entre em vigor já no

próximo ano e não em 2013, como estava previsto. Não menos importante é o objectivo de que as decisões sejam adoptadas por maioria qualificada, correspondente a 85% das contribuições dos Estados para o fundo, e não por unanimidade, como agora.

Tribunal vai fiscalizar cumprimento dos compromissos



Merkel e Sarkozy garantem que novo tratado deve ter acordo de 17 países

## POSIÇÕES

Regra de ouro reforçada e harmonizada ao nível europeu

Tribunais constitucionais verificam orçamentos nacionais

Sanções automáticas para os incumpridores

Recusa de emissão de dívida conjunta ('eurobonds')

## GOVERNO

O Governo defende a limitação constitucional do défice e da dívida. Mas até agora mostrou um grau de empenhamento zero numa revisão da Lei Fundamental que abra essa via.

O PSD defende a imposição de limites constitucionais à dívida e ao défice, bem como o CDS-PP, o que, caso fosse consagrado, daria um papel reforçado ao Tribunal Constitucional nos orçamentos.

Não se conhece o pensamento governamental nesta matéria. Mas a verdade é que o Executivo tem concordado por sistema com Angela Merkel. Se discordar será uma novidade.

Está de acordo com a recusa dos *eurobonds*, argumentando Pedro Passos Coelho que não há tempo para os implementar de forma a que se constituam numa solução útil para a crise.

## PS

O PS de António José Seguro não tem tido pensamento oficial sobre esta matéria. O líder do partido prometeu abrir um debate interno sobre o assunto — o que até agora não aconteceu.

Este é um dos mais duradouros tabus da liderança de Seguro no PS. Conseguiu até agora nunca dizer categoricamente se é contra ou se é a favor dos limites constitucionais à dívida e ao défice.

Ontem, António José Seguro defendeu que as sanções automáticas deverão penalizar os países com défices e dívidas excessivas, mas também aqueles que não reponham no mercado excedentes orçamentais.

Seguro é a favor dos *eurobonds* para efeitos do "financiamento de investimento público em projectos auto-sustentáveis e para diminuição dos juros a pagar pelo financiamento da dívida".

## CAVACO SILVA

O Presidente já disse que um travão constitucional ao défice é algo de "muito estranho" porque se está perante uma "variável endógena" não "directamente controlada pelas autoridades" nacionais.

Sendo contra limitações constitucionais ao défice é natural também que o PR seja contra intervenções prévias obrigatórias do Tribunal Constitucional no OE.

Considerando que o PR acha "muito estranho" que se imponham limites constitucionais ao défice, é natural que se conclua que também deverá ter reservas a sanções automáticas por incumprimento.

O Presidente da República é a favor dos *eurobonds* e já disse que se há cada vez mais analistas a defender a ideia é porque "os ensinamentos da teoria da política monetária ainda têm alguma força".